Ambigüidade social em contexto brasileiro — desenvolvimento de uma medida*

ELIDA SIGELMANN**
LUCIA MONTEIRO FERNANDES**
TÂNIA MARIA OLIVEIRA ALVES***

1. Introdução; 2. Método; 3. Tratamento e análise dos dados; 4. Conclusões.

O objetivo deste estudo foi elaborar um instrumento para medir a ambigüidade observada em indivíduos nas situações da vida cotidiana. O nível de ambigüidade é expresso pela capacidade de o indivíduo criá-la ao se defrontar com determinadas situações sociais. A ambigüidade parece originar-se no sistema, como resultado da interpretação dada a padrões, leis, regras e valores também ambíguos, ou, ainda, como conseqüência da violação ou falta de informação sobre os mesmos. A análise estatística mostrou a existência da ambigüidade como fator social e como fator psicológico.

1. Introdução

O interesse em aprofundar o estudo da dimensão interpretada como ambigüidade social surgiu dos resultados obtidos em trabalhos anteriores, onde nos propusemos a relatar a especificidade de alguns comportamentos sociais do homem no contexto brasileiro (Sigelmann, 1981).

A confrontação dos resultados com a experiência cotidiana, principalmente os relativos a medidas de responsabilidade, sentimento de culpa e alienação sociais, fez ressaltar um aspecto de intensa ambigüidade comportamental, configurada na forma de variadas incongruências nas atitudes dos sujeitos.

Tal ambigüidade é ilustrada por uma série de deslocamentos e negações de atitudes teoricamente esperadas nas diferentes situações, como: deixar de pedir licença, desculpas e por favor, quando o agente da ação vai, de alguma forma, importunar o campo social de outrem e, ao contrário, fazê-lo quando

* Artigo apresentado à Redação em 27.9.87.
** Psicólogas; professoras no Curso de Pós-Graduação em Psicologia do ISOP/FGV.
*** Mestra em psicologia pelo ISOP/FGV. Este artigo apresenta uma síntese da pesquisa desenvolvida pela autora para a dissertação *Escala de ambigüidade.* (Endereço da autora: Rua da Candelária, 6/3.° — Centro — 20.091 — Rio de Janeiro, RJ.)

é aquele quem está importunando; afirmar o cumprimento da pontualidade, compromissos, palavra empenhada, regras de comportamento social, quando o inverso apresenta-se como o usual; negar a doação de gorjetas e gratificações e o uso de pistolões para que se cumpram leis, regras, normas e regulamentos, e observar, inversamente, que tudo que não está sujeito a leis, realiza-se sem maiores transtornos ou má vontade — o "jeitinho" amigo e prestativo aproxima-se do calor humano e pessoal que a lei, fria e dura, não pode propiciar. Rosenn (apud Teixeira, 1972) e Da Matta (1978 e 1981) sugerem que esse ato é um encontro de pessoas e não de indivíduos, que pode estar encobrindo outras dimensões sociais identificadas como uma espécie de desobrigação social e cívica.

Levando em conta as condições históricas, sociológicas e antropológicas nas quais nosso país se desenvolveu, fomos induzidas a imaginar que a ambigüidade é criada pelo indivíduo como uma forma de defesa, para evitar a incoerência entre o que ele considera a atitude socialmente correta e sua habitual forma de agir, como uma resposta adaptativa a um sistema pouco preciso, inconstante, mutável e paternalista. A ambigüidade apareceria como uma resposta de evitação à instalação do sentimento de culpa ou de situações paradoxais sem saída (Watzlawick, 1981). A atitude ambígua no plano social teria, assim, a virtude de aliviar contradições que poderiam penetrar a consciência moral do indivíduo e pelas quais ele não se sente responsável (Bateson, 1978; Watzlawick, 1981).

Os dicionários definem a ambigüidade como "o que pode ser entendido de vários modos ou admitir distintas interpretações e dá, por conseguinte, motivos a dúvidas, incerteza ou confusão" (Bleger, 1977, p. 215).

A natureza da ambigüidade, como aqui a percebemos, assemelha-se à vagueza, à imprecisão, capazes de propiciar o desenvolvimento de qualquer vertente possível de ser criada a partir da matriz originária. Tem muito de criatividade, de flexibilidade e de jogo (Butendijk, 1973). Não se faz necessário que entrem em sua composição nem a confusão, nem dúvidas e incertezas. Ao contrário, parece organizar, denotando um certo "jogo de cintura" imprescindível nas relações interpessoais, intergrupais e sociais.

Bleger (1977) tentou reconhecer a especificidade da ambigüidade e diferenciá-la da contradição, da ambivalência, da dissociação e da confusão.

A ambigüidade é um fator psicológico específico que tanto pode relacionar-se a um tipo de personalidade dotada de múltiplas identidades não sedimentadas, contemporâneas e contraditórias, quanto a uma conduta adaptativa social, sem correspondência com transtornos de identidade.

A psicanálise caracteriza a personalidade ambígua como um tipo peculiar de identidade ou de organização do ego, onde existem múltiplos núcleos que não se integram e que podem, por isso mesmo, coexistir e se alternar sem que isso implique, para o sujeito, confusão ou contradição. A personalidade ambígua, diz Bleger (1977, p. 221), tem a peculiaridade de eludir, de não assumir, comprometer nem se encarregar de uma situação, seu significado e conseqüências, por falta de discriminação.

Em nossa perspectiva há, no comportamento ambíguo, consciência, aprendizagem e premeditação com ou sem má-fé. Ele surge como resposta "natural" dentro da nossa cultura, sendo motivado pelas circunstâncias sociais e políticas. O ser humano não cresce no vazio; seu desenvolvimento é determinado não só pelo ambiente físico, como provaram os biólogos, e pelo ambiente

familiar, como demonstrou Freud, mas, como demonstraram os antropólogos culturais, pelas instituições sociais maiores, representadas tanto por "transmissores" paternos, quanto pelas figuras de autoridade política e social (Luckmann e Berger, 1978). Como afirma Kluckhohn (1965, p. 29) "a pessoa é uma entidade emergente *do* e *em* certo meio físico e cultural".

O comportamento ambíguo emerge desta interdependência do homem com o meio social e, em virtude da ambigüidade da estrutura político-social, cada indivíduo aprende, no decorrer de sua socialização, a apresentar interpretações também ambíguas para estes padrões e a se comportar de acordo com essas interpretações.

O que deve ser posto em evidência é que o comportamento não é um processo fechado em si mesmo; ele só existe em relação com o mundo e contém uma referência intrínseca ao mesmo. O homem é um sistema aberto.

No enfoque da antropologia social, a realidade é construída pelo indivíduo no processo de relação com os outros. A sociedade é uma realidade ao mesmo tempo objetiva e subjetiva e "existe na vida de cada indivíduo uma seqüência temporal no curso da qual é induzido a tomar parte na dialética da sociedade" (Luckmann e Berger, 1978).

Admitimos que a ambigüidade aparece tanto como uma característica da cultura quanto como algo intrínseco à própria personalidade. Temos um determinante social e outro psicológico. Entretanto, na literatura especializada, os instrumentos de medida dessa dimensão referem-se apenas a características de personalidade relativas à capacidade de tolerância ou intolerância à ambigüidade (Brunswick, 1949). Nada foi encontrado, definindo-a como uma capacidade do indivíduo para criar ambigüidade diante do impasse ou da imprecisão, a não ser como atividade psicoterapêutica entre os adeptos da teoria do duplo vínculo (Watzlawick et alii, 1981).

Assim, julgamos relevante criar uma escala para medir a ambigüidade social e auxiliar na compreensão desse fator e de sua relação com a cultura.

O conteúdo dos itens baseou-se na idéia de que a ambigüidade tem entre nós o significado peculiar da interpretação que o indivíduo dá a padrões, leis, normas e valores, como conseqüência provável da desinformação legal ou da deseducação cívica ou, ainda, como produto da desconfiança político-social ou mesmo do hábito de violação. Não nos cabe, todavia, formular julgamentos morais, interessando especificar situações nas quais o comportamento se manifesta, caracterizando a dinâmica das relações interpessoais e diretamente influenciadoras das relações sociais.

2. Método

Foi construída inicialmente uma escala que constou de 50 proposições, representando situações simples do cotidiano, onde os sujeitos escolhiam, entre as cinco alternativas de comportamento propostas, qual seria a sua própria reação diante de cada situação.

As proposições foram submetidas ao julgamento de cinco juízes, numa tentativa de validação da escala.

Procedeu-se então à aplicação em 120 alunos da Faculdade de Humanidades Pedro II, Fahupe, e à conseqüente análise e interpretação dos resultados. Desta análise, resultou evidente a necessidade de reduzir o número de alternativas para duas, uma indicando comportamento ambíguo e outra que só desse

margem a uma interpretação, e selecionaram-se 20 itens para uma segunda aplicação, desta vez em 48 mestrandos de educação da Universidade Federal Fluminense, UFF.

3. Tratamento e análise dos dados

Os dados foram tratados em duas etapas. Na primeira, foi feita uma análise de itens para verificar quais seriam os índices mais altos de discriminação em relação ao conceito proposto. Na segunda, realizou-se uma análise fatorial para se detectar os fatores envolvidos nesse conceito.

Na análise de itens foi estabelecido um critério mínimo de 0,20 para o índice de discriminação e, de acordo com esse critério, houve 14 itens aceitáveis. A tabela 1 apresenta os índices de discriminação de todos os itens.

Tabela 1

Índice de discriminação dos itens da escala

Itens	Índice de discriminação
1	0,23
2	0,23
3	0,33
4	0,51
5	0,46
6	0,41
7	0,33
8	0,04
9	0,12
10	0,20
11	0,46
12	0,37
13	0,37
14	−0,06
15	0,23
16	0,25
17	0,06
18	0,03
19	0,06
20	0,21

Na análise fatorial dos 20 itens foi feita inicialmente a extração de todos os fatores. Emergiram daí nove fatores e não foi possível uma interpretação psicológica de qualquer deles.

A partir desses resultados e da literatura encontrada sobre o assunto, pudemos estabelecer a hipótese da existência de dois fatores: o psicológico e o social.

Para interpretar esses fatores foi definida uma carga fatorial mínima de 0,20 para cada item e a presença de pelo menos cinco itens para caracterizar o fator.

O primeiro fator pôde então ser interpretado como psicológico e o segundo como social.

A tabela 2 apresenta as cargas fatoriais dos itens nos dois fatores extraídos.

Tabela 2

Cargas fatoriais de todos os itens nos dois fatores

Itens	Fator 1*	Fator 2**
1	−0,05	−0,47
2	0,14	0,36
3	0,26	−0,29
4	0,06	0,21
5	−0,32	−0,06
6	0,34	−0,40
7	−0,32	−0,06
8	0,38	−0,01
9	−0,77	−0,13
10	0,36	−0,01
11	−0,15	0,63
12	0,40	−0,04
13	−0,01	0,34
14	0,40	0,05
15	0,00	0,72
16	0,27	−0,27
17	0,32	0,08
18	0,36	−0,15
19	−0,30	0,14
20	0,54	−0,07

* Interpretado como psicológico.
** Interpretado como social.

Quanto aos itens que não conseguiram discriminar os indivíduos que apresentaram alto nível de ambigüidade daqueles que não a apresentaram, várias explicações poderiam ser dadas a este fato, dada a complexidade envolvida nas interações do homem com o meio social.

Em nosso estudo, optamos por acreditar que esse resultado se deve ao fato de que as situações propostas nestes itens apresentam alternativas de comportamento que foram tão assinaladas em nossa cultura que passamos a percebê-los como modos naturais de agir; são comportamentos que, na consciência de cada um de nós, não contrariam as leis e normas sociais pré-estabelecidas. Daí não surgir a característica de ambigüidade, já que as duas alternativas, aos nossos olhos, fazem parte de uma linha de conduta perfeitamente coerente em nosso cotidiano.

4. Conclusões

Concluindo este estudo, foi construída, ainda em caráter experimental, uma escala com 14 itens, todos com cargas fatoriais superiores ao critério utilizado, identificando os fatores psicológico e social.

A continuação dos estudos sobre este tópico certamente exigirá a elaboração de maior número de proposições que caracterizem bem a ambigüidade e, ainda, uma análise dos itens que não atingirem o critério estabelecido, na tentativa de aperfeiçoá-los para que possam também serem incluídos na escala.

Apesar desta limitação, os resultados oferecem fortes indicações para sustentar as dúvidas que originaram o estudo. Devemos principalmente lembrar que o conceito de ambigüidade, segundo nossa teoria, depende das interações dos meios político-social e cultural com o indivíduo, não havendo uma definição absoluta, mas sim específica para cada cultura.

O propósito deste trabalho foi a caracterização dessa dimensão em nosso meio, visando desenvolver aplicações da psicologia social para o melhor conhecimento de nossa cultura e do comportamento do homem brasileiro.

Abstract

The purpose of this work was to create an instrument to measure the ambiguity shown by individuals in everyday situations. The ambiguity level is expressed by the person's capacity to create ambiguity when facing certain social situations. Ambiguity seems to be found in the system as a result of the interpretation given to ambiguous patterns, laws, rules and values, or yet as a consequence of the violation of the lack of information about these rules. Statistical analysis has shown the existence of ambiguity as a social factor and as a psychological factor.

Anexo 1 — A escala

1. Tânia encontra no ônibus uma amiga, que passa a viagem lhe contando os problemas que vem enfrentando em sua vida. Num dado momento, Tânia precisa descer do ônibus e tem que interromper a conversa. A amiga, aflita, lhe pede seu telefone, mas Tânia desce sem dar a informação.

a) Tânia agiu assim porque, se não descesse correndo do ônibus, passaria do ponto.

b) Tânia agiu dessa forma porque não se importa com os problemas dos outros.

2. José é bombeiro hidráulico e vive de biscates. Vai ver um trabalho na casa de Ângela, faz um orçamento que é imediatamente aceito e marca então para começar o serviço no dia seguinte, mas não aparece.

a) José agiu dessa forma pois não tem noção de responsabilidade.

b) José agiu assim porque o trem enguiçou.

3. Carmem fuma desde os 15 anos e, apesar de achar feio uma mulher fumando, não consegue largar o vício. Quando sua filha adolescente começa a fumar, Carmem repreende-a severamente e não admite este hábito na filha.

a) Carmem agiu assim pois não quer que sua filha prejudique sua saúde.

b) Ao agir assim, Carmem está se contradizendo, já que ela mesma fuma.

4. João é estudante universitário e as avaliações de suas disciplinas são feitas através de trabalho de grupos. João não cumpre sua parte e acaba recebendo a nota do grupo.
a) João se comporta dessa forma pois não tem noção de lealdade e responsabilidade.
b) João se comporta dessa forma porque o sistema de avaliação permite esta atitude.

5. Luiz tem uma casa de campo numa região onde há muitos ratos; por isso, procura conservar a propriedade sempre limpa. Fez uma campanha com os vizinhos, para convencê-los também a não jogar lixo nos terrenos vazios, explicando o mal que isto causaria, mas o resultado foi praticamente nulo.
a) Os vizinhos agiram dessa forma porque não têm boa educação.
b) Os vizinhos agiram dessa forma porque não tinham outro lugar para colocar o lixo.

6. Embora consciente das leis do trânsito e das sanções, Francisco geralmente estaciona em local proibido, quando vai ao centro da cidade.
a) Francisco faz isso pois não respeita as normas do trânsito.
b) Francisco faz isso pois os estacionamentos estão sempre lotados.

7. Perto da Copa do Mundo, Roberto convidou Antônio para ir à sua casa almoçar e assistir ao jogo. No entanto, à última hora, Antônio recebeu convite de outro amigo e foi sem avisar Roberto.
a) Antônio agiu assim porque, na euforia para assistir ao jogo, não teve tempo de avisar.
b) Antônio agiu assim porque não tem consideração com o amigo.

8. Romário tem uma casa de veraneio em Maricá e viaja todos os fins de semana para lá, com sua família. Apesar de saber que existe uma lei que limita a velocidade máxima permitida em 80 km/h, Romário nunca dirige a menos de 100 km/h.
a) Romário faz isso porque não tem respeito pelas leis de trânsito.
b) Romário faz isso pois conhece bem a estrada.

9. Na época da Campanha da Vacinação contra a Pólio, as filas eram enormes e as mães procuravam chegar bem cedo, com seus filhos, para serem logo atendidas. Luzia, no entanto, tinha uma pessoa conhecida no posto de vacinação e, ao chegar com seus três filhos, não precisou entrar na fila. Foi imediatamente atendida, na frente de todas as outras pessoas.
a) Luzia agiu assim pois ficar numa fila com três crianças é coisa desagradável.
b) Luzia agiu assim pois não respeita os direitos das pessoas.

10. Félix comprou uma moto e, segundo as leis de trânsito, teve que providenciar também os acessórios indispensáveis para que estivesse habilitado a dirigi-la. Apesar disso, ele nunca sai com o capacete, mesmo sabendo os riscos que corre.
a) Félix faz isso porque não tem senso de responsabilidade.
b) Félix faz isso porque é muito desconfortável andar de capacete.

11. Margarete mora em Niterói e trabalha no Rio. Viaja todos os dias de barca e, como não é fumante, faz questão de sentar na área onde é proibido fumar.

No entanto, todos os dias se aborrece, pois vários passageiros insistem em fumar durante a viagem, não considerando a placa de proibido.
a) Estas pessoas se comportam dessa forma pois são viciadas e não conseguem ficar muito tempo sem fumar.
b) Estas pessoas se comportam dessa forma porque não se preocupam com o direito dos outros.

12. Nas últimas eleições, Virgínia estava grávida e por isso não teve que entrar na fila para votar, pois todas as pessoas lhe cederam a vez. Por isso, para as eleições de 1982, Virgínia planejou se "disfarçar" de grávida para novamente ser atendida sem entrar na fila.
a) Virgínia está agindo assim porque não respeita o direito das outras pessoas.
b) Virgínia está agindo assim pois tem muito o que fazer.

13. Carlos completou 18 anos e, embora já soubesse dirigir, não tinha a carteira de habilitação. Carlos pagou a alguém e conseguiu sua carteira, sem ter que fazer as provas.
a) Carlos agiu assim porque não respeita as leis sociais.
b) Carlos agiu assim porque não queria perder seu tempo.

14. Lígia é professora universitária e propõe aos alunos que apresentem seminários em datas previamente estipuladas, informando que as notas do período serão dadas por esses seminários. No entanto, costuma faltar e, no final do período, acaba dando 10 a todos os alunos.
a) Lígia faz isso porque não tem responsabilidade profissional.
b) Lígia faz isso porque o salário de professora não a estimula a desenvolver um bom trabalho.

Referências bibliográficas

Bateson, G. et alii. Toward a theory of schisophrenia. In: Berger, M. M. *Beyond the double bind.* New York, Brunner/Mazel, 1978.
Bleger, J. *Simbiose e ambigüidade.* Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.
Brunswik, E. F. Intolerance of ambiguity as an emotional and perceptual personality variabele. *Am. J. of Pers., 18*:108-43, 1949.
Buytendijk, F. J. J. O jogo humano. In: Gadamer, H. G. & Vogler, P. *Nova antropologia.* São Paulo, EPU/Edusp, 1973. v. 4.
Copilowsh, M. I. Borderline cases, vagueness and ambiguity. s.l., Núcleo de Documentação, Serviço de Intercâmbio de Informação, MEC-UFF, s.d.
Da Matta, R. *Carnavais, malandros e heróis.* Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
———. *Relativizando: uma introdução à antropologia social.* Petrópolis, Vozes, 1981.
Kluckhohn, K. et alii. *Personalidade na natureza, na sociedade e na cultura.* Belo Horizonte, Itatiaia, 1965.
Luckmann, T. & Berger, J. P. *A construção social da realidade.* Petrópolis, Vozes, 1978.
Rosenn, K. S. The jeito: Brazil's institutional bypass of the formal legal system and its developmental implication; American Journal of Comparative Law, *19*(3):514-49. Apud Teixeira, Egberto Lacerda. Resenha. *Revista dos Tribunais,* (437):473-5, mar. 1972.
Sigelmann, E. *Anomia e desorganização: estudo psicológico em contexto brasileiro.* Rio de Janeiro, FGV/ISOP/CPGP, 1981. Tese de doutorado, FGV, Rio de Janeiro.
Watzlawick, P. et alii. *Pragmática da comunicação humana: um estudo de padrões interacionais, patologias e paradoxos.* São Paulo, Cultrix, 1981.